



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2020 -

Aos onze do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

O deputado municipal José Francisco Teixeira Lopes, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria Jacinta Carvalho Gomes. -----

A deputada municipal Joana Assunção Faria da Cunha Alegre, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Artur Silva Miguel. -----

O deputado municipal José Marcelino Gonçalves da Silva, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Joaquim Agostinho Mota Pereira -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Face à ausência do Primeiro Secretário da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou, interinamente, e para esta reunião, a senhora deputada Maria Fernanda Lemos da Cunha, Segunda Secretária da Mesa, para desempenhar as funções de Primeira Secretária da Mesa da Assembleia e o senhor deputado Artur Silva Miguel para desempenhar as funções de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia. -----

Pelas dezoito horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que na última assembleia deixou uma proposta para que as assembleias municipais pudessem realizar-se através do recurso às novas tecnologias e através de uma transmissão online pelo que questionou o senhor Presidente da Assembleia Municipal se concordou com a proposta e se procurou dar seguimento a essa proposta e se teve algum tipo de feedback relativamente a ela por parte do executivo. Caso tivessem avançado com ela, hoje certamente que esta assembleia teria mais pessoas a assistir e portanto estariam a promover a participação. Referiu que queria solicitar alguns esclarecimentos à senhora Presidente da Câmara Municipal. Foi público que a senhora Presidente da Câmara procurou agendar uma reunião com o banco Millennium BCP, com a sua administração, pelo que questionou qual foi o motivo desta reunião. Questionou também sobre, e tendo em conta que está em execução a obra de saneamento básico na Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto e que se tem visualizado que algumas das habitações não serão contempladas, pelo menos nesta fase, qual será a taxa de cobertura do saneamento na Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, e para as habitações que não serão contempladas nesta fase se existe alguma previsão para o ser. Para terminar referiu que gostava que a senhora Presidente prestasse a esta assembleia informação sobre a situação epidemiológica do Concelho. --

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para, em primeiro lugar, felicitar a senhora Presidente da Câmara por estar presente nesta Assembleia porque nas últimas assembleias onde se aprovou o orçamento não esteve presente, facto para o qual chamou a atenção nessa altura pois este é o documento mais importante das câmaras, da juntas e das empresas. Sugeriu também, e para reforçar o que o senhor deputado Bruno Ferreira solicitou, que estas assembleias agora deviam ser transmitidas em tempo real e online para que as pessoas em casa pudessem ter acesso a essas mesmas assembleias. Em terceiro lugar deixou uma nota de que estavam solidários, o próprio pessoalmente, com este executivo, tanto ao nível pessoal como ao nível do seu partido, nesta matéria que é a pandemia do Covid, para que todos juntos possam ajudar as entidades de saúde e demais a ultrapassar esta fase que vivemos. Mas entende que se deve atalhar o mais rápido possível esta situação pandémica e dar sossego e calma às populações pois ainda vivem e continuarão a viver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

esta pandemia mas provavelmente virão aí pandemias piores, e avizinham-se, a curto prazo, que vai ser a pandemia mental, económica e social. De seguida questionou a senhora Presidente sobre o assalto que foi feito à Câmara Municipal, e que até hoje não foram dados esclarecimentos, no sentido de saber se ainda está em segredo de justiça ou não e saber o que roubaram, quanto roubaram, quais os reais objetivos de quem o fez e saber se já são conhecedores dos seus autores. Questionou também, e porque se está a falar de justiça, tem a ver com o processo Éter que recomeçou recentemente aquando da reabertura dos tribunais, no sentido de saber como está o processo uma vez que há um elemento aqui presente envolvido neste processo. Questionou a senhora Presidente sobre o que se passa com o arranque da Casa Mortuária. A obra parou? Ficou embargada? Não ficou? Para terminar solicitou que a senhora Presidente informasse esta Assembleia sobre qual a dívida ou aluguer, porque foi discutido aqui nesta assembleia e não ficou respondido nem foi esclarecido, de quem é o campo do Atei, se há dívida, se há credores, se é um aluguer, se é uma dívida que tem com a junta, se a junta tem uma dívida com o Atei, se o Atei Futebol Clube tem uma dívida com os empreiteiros Gostaria de ser esclarecido de uma forma mais clara sobre qual é este triângulo que há aqui. Aproveitou já que se está a falar do campo do Atei, o mesmo recinto está em risco de ruir, para perguntar se já está reparado ou não. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Valentim Carvalho Macedo**, usou da palavra para dizer, em resposta aos senhores deputados Bruno Ferreira e Torcato de Moura, que não se esqueceu e que fez as diligências tentando saber o que poderiam fazer nesse sentido e não sabe se vale a pena neste momento porque é necessário contratar uma empresa para fazer a instalação dos meios eletrónicos na Assembleia e, dado que a Lei diz que isto só é possível até 31 de dezembro, sendo esta a última Assembleia até ao final do ano, espera que em fevereiro já possam ter público. Já estão disponíveis no site da assembleia as atas e as gravações em áudio, sendo claro que não é em tempo real mas que daqui a dois ou três dias toda a gente tem acesso àquilo que se passa aqui. Referiu que a questão da democracia não se porá até porque é um defensor acérrimo nesse campo e portanto nunca poria em causa a defesa da democracia. Referiu que iriam aguardar mais uma vez primeiro porque não existem os meios técnicos e teria de se contratar uma empresa e porque a Lei diz que isto só seria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

possível até 31 de dezembro pelo que se calhar não se justifica fazer o investimento que depois não seria rentabilizado. -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para dizer que de facto tiveram uma reunião com a administração do Millennium, depois de já terem estado com o gerente que tinham tentando convencer a não fechar e a manter aberto pelo menos um dia ou dois, mas as políticas do banco são de encerramento das pequenas agências e por isso há também aqui uma pequena situação que se tornou para eles de facto justificativa. Mondim de Basto tem três agências bancárias e por isso entendem que não se justifica manter três dias como estava a agência do Millennium. Por mais esforços que tentasse fazer, até justificando porque a Câmara também tem lá conta de pagamento, mas não conseguiu. É uma política da instituição bancária neste momento não dispersar mas concentrar, até porque a maior parte é feita online e por isso as pessoas não recorrem às agências bancárias como dantes. Mondim é um concelho pequeno que ainda tem três agências bancárias e eles entendem que não se justifica manter aberta a agência. Não conseguimos pois disseram-nos que a política neste momento é concentrar e não desconcentrar. Em relação ao saneamento que está a ser feito na vila, é um facto que não cobre toda a vila como sabem, com certeza de que irá mais tarde surgir uma oportunidade de fazer o que não foi feito. O projeto foi feito nestas condições, não cobre todo o território, havia aqui algumas situações muito complicadas, estações elevatórias que era preciso meter e ficavam muito dispendiosas, e por isso não havia hipótese de fazer tudo. Entende que se fizerem este projeto que está em cima da mesa irão deixar grande parte da freguesia coberta e por isso não podem dizer que estão na vila e não há saneamento, poderá haver um caso ou outro mas de um modo geral não. Em relação ao Covid, todos sabem que se passou o verão todo sem casos de Covid e com o turismo como nunca houve, tudo cheio e não houve casos. Infelizmente ele entrou e entrou como em qualquer lado. Até sabe que os primeiros casos que entraram foi pelas famílias, foi dentro dos núcleos familiares: um estudante que veio da universidade que não sabia que vinha positivo, que contagiou a família; um outro que era polícia e que estava fora e que veio, não sabia e deixou a família contagiada; e entrou na Santa Casa e entrou na fábrica do calçado (só na fábrica do calçado tinha lá 27 ou 30



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

funcionárias e muitas com Covid contaminaram as famílias). Neste momento o grande problema está concentrado naquilo que foi sempre o ponto principal, a Santa Casa da Misericórdia. Sabe que trabalhar ali não é fácil, que conter ali o Covid não é uma situação como na sua casa ou como noutra casa qualquer. Referiu que a Câmara tem estado desde o início a acompanhar o processo de evolução da Santa Casa e que tinha trazido um pequeno relatório que passou a ler: a primeira reunião foi no dia 3 de abril e foi para aprovar o plano de evacuação da Santa Casa se houvesse necessidade. Este plano contou com a Delegação de Saúde, com os Bombeiros, com a Proteção Civil e com a Segurança Social. No dia 21 de agosto houve uma vistoria às instalações da Santa Casa feitas pela saúde e pela segurança social. Foram dadas as orientações, foram dadas as regras porque é saúde e temos que pensar que, além da equipa que administra o lar, tem a saúde e a Segurança Social que ditam as regras. A Câmara ajuda e apoia naquilo que lhe é pedido e naquilo que tem capacidade. No dia 16 de outubro vem uma nova equipa à Santa Casa onde esteve o ACES, o CDOS (Proteção Civil máximo), a segurança social e onde esteve a própria. Não entraram nas instalações mas foram perceber onde poderia ficar a zona para abrigar as pessoas não Covid. Chegou-se à conclusão que essas duas zonas equipadas poderiam fazer deslocar alguns pacientes, alguns utentes, para separar Covid e não Covid. Surgiram novas recomendações e novas diretrizes. No dia 3 de novembro há uma funcionária que por sua conta própria vai fazer um teste e testa positivo. Foi o primeiro alerta. Há uma funcionária positiva pelo que é normal que haja o “bicho” lá dentro. No dia 10 de novembro foi o início do surto e os relatórios enviados pela Santa Casa à Segurança Social davam conta que já existiam alguns utentes e trabalhadores com sintomas. Na reunião do dia 13 foi dito que teriam muito poucos infetados. No dia 13 de novembro montou-se a tal zona de acolhimento para as pessoas. A Câmara comprou dez camas para colocar no salão grande uma vez que tinham na zona que supostamente seria para a fisioterapia mais 8 ou 9 camas e seria para fazer a primeira fase da separação. No dia 26 de novembro o relatório apresentado em reunião já tinha 21 utentes positivos e 3 utentes hospitalizados, 16 trabalhadores positivos e 68 trabalhadores ao serviço. Esta informação foi dada pela Santa Casa da Misericórdia. A diretora da Segurança Social informou que iria ativar uma equipa de intervenção e de apoio e foi quando surgiu e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

apareceu o enfermeiro para apoiar e ajudar. A Segurança Social informou que brevemente haveria um protocolo com a Utad para que as santas casas e os lares não estivessem tanto tempo sem ser testados e fizessem testes mais rápido se houvesse um plano de contingência para os testes. No dia 2 de dezembro os resultados transmitidos na reunião davam 26 utentes positivos 23 trabalhadores positivos, 3 dos quais eram enfermeiras pelo que era necessário reforço e foi feita essa solicitação e desde o dia 28 estão mais 2 enfermeiros. A Santa Casa informa da necessidade dos testes a todos os utentes e trabalhadores. A delegada de saúde informa que o início do surto começou no dia 6 de novembro e informa que houve mais um óbito ocorrido no início do surto. Depois de tudo isto foi um galgar muito rápido. No dia 9 de dezembro reunião outra vez para tratar outra vez das questões da Santa Casa com o enfermeiro destacado e representante da Santa Casa além de todos os outros elementos. Os resultados transmitidos nesta última reunião no dia 9 de dezembro já eram outros: 80 utentes positivos, 5 utentes hospitalizados, 5 utentes curados. O enfermeiro informa ainda das diversas medidas que quer implementar: formação em Epi's, formação em deteção precoce dos sintomas. A delegada de saúde e o enfermeiro pedem para que seja feita uma higienização as instalações da Santa Casa. Nesse mesmo dia foi feito um ofício anexado ao pedido da senhora delegada a solicitar equipa técnica para fazer essa desinfeção que será feita amanhã. Neste apoio à Santa Casa o que é pena é que não consigamos conter o surto mas referiu que está solidária com quem ali trabalha porque aquilo não é um espaço fácil. Neste momento tem a informação que já terão morrido 6 ou 7 pessoas. Espera bem que as coisas se resolvam e tem fé que aqueles que estão doentes consigam vencer a doença. No concelho pensa que há casos numa ou noutra família e na escola, que também era um grande problema mas que só tem uma turma em isolamento, tem havido alguns professores mas que não tiveram problemas graves e as aulas continuam com a normalidade. Queria também dizer que vem aí o Natal e estão todos convencidos que até se pode ir a casa deste e daquele porque dia 18 vai haver novas restrições novas avaliações mas que está cheia de pedir a toda a gente para não facilitarem. Não há vacina. Não há medicamento. Só há máscara e higiene das mãos e distanciamento. Terminou dizendo que neste momento há no concelho todo 132 ativos e apelou para que ajudassem as pessoas que estão ativas nas freguesias, nas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

localidades, pois não sabem o nome dos ativos, a câmara não recebe nomes, a câmara recebe números, mas que quem está nas aldeias e sobretudo as juntas de freguesias podem espalhar essa mensagem de vizinhança. -----

O deputado municipal **Alfredo Manuel Lopes Pinto Coelho Mendonça** usou da palavra para dizer que não podia deixar aqui, depois de ouvir estas palavras da senhora Presidente, e porque além de deputado Municipal também é vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia, de agradecer e que os agradecimentos nunca são demais. Pensa que nunca foi necessário para Santa Casa da Misericórdia, que foi sempre uma instituição e continua a ser uma instituição com uma gestão sustentável, embora intervencionada pela Segurança Social, mas que nestas alturas de crise todos os donativos serão sempre bem-vindos e os agradecimentos nunca são demais. Estando aqui na qualidade de vice-provedor queria prestar na verdade esse agradecimento ao Executivo. Esse agradecimento vai também essencialmente para todos os trabalhadores que estão na Santa Casa da Misericórdia, gente que sabe que fazem mais do que são obrigados, gente que está na linha de risco, gente que põe a sua vida exposta a este vírus mais do que nós cidadãos. Todos estamos na iminência de poder ser infetados mas quem trabalha nestas zonas de conflito, zonas de proximidade com quem já está contagiado, tem um acréscimo muito elevado e a Santa Casa da Misericórdia está a fazer um esforço muito grande junto também de todas as instituições no sentido de tentar conter este surto em pessoas com idade, algumas já doentes, muitas delas fragilizadas. Não nos podemos esquecer que a pandemia já tem uns meses e que parte da Santa Casa da Misericórdia já estava confinada, com o acréscimo que tem para todos os utentes, com o sofrimento que têm que estar longe das suas famílias, de viver o seu dia-a-dia, porque essas pessoas idosas também têm vida. Esquecemos que fora do regime da Santa Casa da Misericórdia essas pessoas continuam a viver e gostam de abraçar os seus familiares e de ter uma vida social ativa. Daí o seu especial também agradecimento aqui público a todo o pessoal trabalhador e a todos os técnicos por ajudar a Santa Casa da Misericórdia e os seus utentes. Terminou dizendo mais uma vez que toda a ajuda, seja de quem for, nesta altura não é de mais e um muito obrigado mais uma vez. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para responder às questões colocadas. Sobre o assalto, todos sabem que a Câmara foi assaltada e foi levantado um processo contra desconhecidos, ninguém sabe quem foi, ninguém descobriu. Como sabem o cofre tinha um mínimo porque o cofre não pode ter dinheiro, a lei não permite que isso aconteça e não há até ao momento conhecimento de quem foi que fez o assalto. Relativamente à Casa Mortuária, a casa mortuária está entregue e tem um período para ser terminada. A obra esteve parada algum tempo porque foi preciso observar uns pormenores no início da construção mas está tudo em ordem. Sobre o campo do Atei, referiu que a obra para segurar o terreno já foi entregue e já está concluída. Sobre de quem é o campo, informou que no final do ano poderá ser da autarquia se fizer opção. Neste momento, terminando a última prestação, o campo pode ser, por opção, da própria autarquia ou pode ser cedido. Isto ainda não foi resolvido. De seguida passou a palavra ao senhor vereador Paulo Mota para responder à questão colocada sobre o processo Éter. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para dar dizer que, sobre a questão da operação Éter, o senhor deputado Torcato Jorge fez aqui alguma confusão: não houve desenvolvimentos sobre a operação onde está envolvido um membro, que é o próprio, pelo que pode dizer que é ele, já falaram sobre isso nesta Assembleia. E sobre essa operação Éter aquilo que viu nas notícias foi o desenvolvimento de um processo à parte que não tem nada que ver com o processo que aqui já foi falado nesta Assembleia onde estão envolvidos algumas dezenas de autarcas. É um processo diferente, é um processo que entretanto foi separado e que envolve nomeadamente aquilo que tem que ver com a entidade do Turismo Porto e Norte, não é o processo dos autarcas. Havendo desenvolvimentos será alvo de notícia e cá estaremos na Assembleia para falar sobre aquilo que tiver de ser falado. Sobre o assalto à Câmara recordou que na altura o anterior Presidente deu nota, inclusive, dos valores e afins. A Câmara tinha algum dinheiro no cofre, estava dentro daquilo que era a norma de controlo interno, aproximadamente 1300 euros, e a Câmara, dos prejuízos, foi ressarcida pelo seguro. A partir daí houve uma investigação da polícia judiciária. Desconhecem quem roubou e porque roubou e, às tantas, o processo até já foi arquivado. Sobre o saneamento, esclareceu que as pequenas áreas desta obra que não estão cobertas são áreas que de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

alguma forma não são sustentáveis e não se justificam, ou seja, vivemos num numa vila de colinas e, inclusive, a sustentabilidade do saneamento de uma rede de saneamento em Mondim de Basto tem muito a ver com isso: uma rede de um município pequeno com uma construção dispersa e cada vez que nós temos que vencer uma colina temos uma despesa acrescida. Fica muito mais fácil gerir uma rede de saneamento numa cidade, onde a entidade gestora tem que ter ali uma caixa de recolha, num prédio com 20 ou 40 apartamentos, do que andarmos nós a fazer estações elevatórias, que têm um custo de manutenção, têm um custo de energia, têm toda uma série de custos associados. No saneamento o desafio que se coloca é a posteriori e é a sua sustentabilidade. Dentro desta obra, percentualmente não sabe dizer qual é a taxa de cobertura, apuraram que no âmbito da vila anda na ordem dos 80% porque depois há uma área onde o saneamento efetivamente não chega. Ainda não vão cobrir a parte de cima de Vilar de Viando. No Montenadouro existe um lanço de saneamento que obrigaria a ter uma estação elevatória para ir buscar o saneamento a duas casas, o que é insustentável e não vale a pena falar sobre isso. Aquilo que têm dito às pessoas que moram nesses bairros é que estamos muito mais perto do que estávamos. Nesta obra, e atendendo ao investimento que era necessário para ir buscar o saneamento a uma duas ou três casas, não se justifica e é uma questão de opção. Se entenderem que se justifica uma estação elevatória de acordo com as normas, baixada de energia para ir buscar o saneamento a uma casa ... mas as regras não dizem isso. Agora o que é certo, e é isso que nós dizemos aos habitantes dessas casas, é que o município, neste momento, vai ficar com uma rede de saneamento com uma taxa de cobertura muito superior e depois poderemos tentar fazer acertos, acertos que podem passar por existirem estações elevatórias que se adequem mais para ir buscar o saneamento a estas duas ou três casas. Honestamente ainda não estudamos isto, podemos estudar mas será difícil porque estamos a falar de um conjunto de equipamentos que têm que estar a trabalhar em permanência ou então o que se chamam fossas sépticas comuns que depois terão os efluentes recolhidos por um camião que a câmara haverá de comprar, hoje é com cisternas mas, à medida que a rede vai aumentando, a Câmara também terá que se adaptar a essa nova realidade, mesmo para fazer a manutenção de saneamento. Estaremos hoje muito mais próximo de servir essas pessoas do que estávamos até antes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

desta obra, sendo que o que está neste momento a ficar de fora junto à área coberta são esses pequenos bairros que vão a cotas inferiores e que obrigariam a instalar uma estação elevatória só para ir buscar o saneamento a duas casas. Estas são questões de obra caríssimas e tem que ser vistas numa lógica de sustentabilidade da rede saneamento. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer, ainda a propósito da possibilidade das transmissões online das assembleias municipais, que queria só esclarecer ao senhor Presidente da Assembleia que hoje, tendo em conta esta situação, este modelo justificava-se se ainda mais. No entanto, é já um modelo utilizado mesmo antes da pandemia por parte de algumas assembleias municipais. Iremos hoje até votar um orçamento e, portanto, se a questão fosse o orçamento por ventura no orçamento que iremos votar hoje poderia já estar até reforçada uma rubrica para a Assembleia Municipal dar resposta técnica a esta situação. De seguida questionou a senhora presidente da Câmara Municipal se teve conhecimento do encerramento do banco antes do encerramento e, se sim, se procurou depois obter uma reunião antes mesmo do seu encerramento. Relativamente à situação epidemiológica do concelho agradeceu os esclarecimentos e referiu que procurou não criar mais ruído sobre esta situação e portanto dar a oportunidade à pessoa que os representa a todos enquanto Presidente da Câmara Municipal para prestar essa mesma informação relativamente à evolução da situação da Santa Casa da Misericórdia, no entanto, a situação no concelho também não se restringe a este caso, que é grave, como acabou por dizer e que os deve preocupar a todos. Portanto gostaria que os pudesse informar mais também sobre que outras medidas é que têm sido tomadas no âmbito do concelho relativamente ao combate da pandemia, e não somente à Santa Casa da Misericórdia, e que explicasse também no âmbito da economia e do apoio ao comércio local o que tem sido feito, o que é que se prevê fazer. Recordou que o próprio PSD apresentou uma proposta para a criação de um fundo de emergência de apoio à economia local porque entendem que além da saúde pública é importante também que haja um cuidado para com a economia do concelho. Terminou dizendo que gostava de referir e mostrar obviamente toda a solidariedade naquilo que tem sido o combate de todos perante esta pandemia e frisar aquilo que a senhora Presidente disse, e com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

qual concorda, que é que a saúde não tem preço. De facto não deveríamos neste momento excecional olhar a custos quando se trata de procurar que a saúde pública não saia fragilizada naquilo que são os efeitos nefastos desta pandemia. Referiu uma vez mais que queria mostrar total disponibilidade para que, se assim entender, se houver necessidade de alguma alteração orçamental para se poder alocar aqui verba para ajudar a combater esta pandemia, da parte do PSD terá toda a solidariedade. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dar nota relativamente à questão do assalto da Câmara e acredita que a preocupação do seu colega de bancada venha um bocadinho disso é que se realmente verificassem as atas das anteriores assembleias há uma afirmação por parte do Presidente que antecedeu a senhora Presidente relativamente ao assalto da Câmara que referia que realmente o conteúdo monetário não era de facto importante mas o que era importante eram os documentos que tinham sido levados e que alguns deles deviam ser obrigados à sua substituição ou alteração. A sua preocupação prende-se com isso. Essa afirmação está feita numa ata e tem conhecimento que podem ser pedidas segundas vias de documentos mas não podem ser alterados nem substituídos. Portanto se calhar era interessante fazer um inventário desses documentos e perceber se efetivamente se está a falar de documentos que tenham sido importantes na vigência da administração da Câmara Municipal. Relativamente à questão da pandemia queria disponibilizar-se da mesma maneira que o seu colega de partido o fez portanto estão extremamente solidários com qualquer desenvolvimento que este executivo camarário entenda e que possa ajudar a mitigar os impactos da pandemia. No entanto também está preocupada porque em relação aos planos municipais de apoio a esta pandemia ainda não viu nenhuma proposta e, no seguimento da proposta do PSD, gostava também de conhecer qual é o programa de apoio aos municípios que estão e que foram afetados por esta pandemia e inclusive o comércio local que neste momento está a ser prejudicado não só na área da restauração, dos pontos turísticos, na questão de muita gente que esteve em layoff durante 3 meses e que se refletiu no rendimento das famílias. Como é que este executivo prevê ajudar casos como este? Relativamente ao facto de no turismo nunca se ter visto uma evolução turística como este ano, de facto é verdade mas também era previsível e isto foi previsto, a nível nacional, que o interior do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

país ia receber números muito mais elevados do que os anos anteriores, até porque o país estava inibido de passar férias no exterior. Portanto para nós no interior foi de facto excelente porque conseguimos em dois meses faturar alguma coisa quando durante meio ano estivemos parados porque o nosso trabalho começa normalmente no mês de março mas isto não é só mérito de quem trabalha no setor do turismo, infelizmente foi uma conjuntura que se proporcionou. -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para dizer que relativamente ao assalto e ao que estava dentro do cofre não estavam lá documentos importantes, pensa que estavam lá algumas senhas de acesso às contas mas depois logo na hora foram substituídas. Em relação ao comércio local e aos outros apoios que foram concedidos devido ao Covid até dezembro, depois vamos ver pois sabemos que tudo isto é imprevisível, referiu que iria explicar. Relembrou que uma vez o senhor deputado Bruno Ferreira veio aqui a esta Assembleia dizer que o dinheiro que não foi gasto nas Festas do Concelho e na Feira da Terra podia ser aplicado num fundo para apoiar o comércio local. Referiu que teve o cuidado de fazer com alguma minúcia onde se gastou esse dinheiro que passou a identificar. As festas e a Feira da Terra perfizeram um total de 122.237 euros. Em Covid e em apoio gastou-se o dobro – 230.883 euros justificou: Isenção de Esplanadas: 3.336 euros (apoio ao comércio local); apoio à campanha do comércio local: 5.000 euros; logística e promoção: 1.761 euros; desconto de novembro e dezembro na água: 8.000 euros; isenção do mês de fevereiro: 10.268 euros; reforço da loja social: 5.000 euros; vacinação nas farmácias: 450 euros; isenção do mês de fevereiro: 21.279 euros; máscaras comunitárias em maio: 5.639 euros; máscaras comunitárias para dezembro: 7.050 euros; apoio aos bombeiros voluntários: 8.800 euros; apoio aos Arautas Bilhoenses: 6.000 euros; apoio às Aldeias de Mondim: 6.000 euros; apoio à Associação de Ermelo: 6.000 euros; apoio à Santa Casa: 40.000 euros. Isto tudo perfaz o montante de 230.833 euros e é o dobro das festas do concelho e da feira da terra. Todos nós percebemos que em tempo de pandemia temos que acudir às necessidades pois a saúde está primeiro. Contemplou-se de um modo especial as empresas, as famílias, com o reforço da loja, com a vacinação, com as máscaras, com a isenção das águas, etc... e as associações todas do concelho e as medidas do plano de contingência contra o Covid e a educação. Para além disto houve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

também um aumento da quantidade de programas ocupacionais que tivemos de contratar para fazer face à necessidade de auxiliares nos autocarros e na escola por causa do Covid. Referiu que tinha tudo escrito e que poderia remeter uma cópia. Se isto não parar teremos que reavaliar as necessidades e é por isso que o orçamento não é um documento fechado, é um documento aberto e a qualquer momento pode sofrer alterações. Sobre o banco Millennium, referiu que soube que o banco ia fechar no dia em que falou com o gerente e pediu logo uma reunião com a administração que não demorou muito a ser agendada mas a decisão já estava tomada. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que, e já que se está a falar num setor que a si lhe toca em particular porque trabalha numa instituição bancária, foi por si dito há umas assembleias atrás, enganou-se foi na dependência bancária que ia encerrar, mas deixou o alerta, que a Caixa Geral de Depósitos está em sério risco de fechar também. Mas já era de desconfiar que o Millennium fosse fechar pois já só abriam três dias por semana. Estranha esta posição do executivo que só depois da tomada de conhecimento do encerramento é que procurou reunir com a administração. Voltou a alertar que a Caixa Geral de Depósitos, onde a esmagadora maioria dos comércios, serviços e empresas têm as suas contas, está seriamente em risco de fechar porque há uma Caixa Geral de Depósitos em Celorico com uma dependência superior à de Mondim e, agora com a Via do Tâmega, porque nos traz coisas boas mas também nos leva coisas boas, é preciso que este executivo e todos nós estejamos atentos a este pormenor. A pandemia e o Covid não trouxeram só a doença. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que na sequência da resposta da senhora Presidente crê que é importante que sejam aqui referidas algumas questões. A verdade é que perante esta situação da pandemia, e desde muito cedo, começaram a abordar a senhora Presidente enquanto momento excecional e a exigir ações e medidas excecionais. Está certo que a referência dos custos que a senhora Presidente fez não será certamente correspondida como algum tipo de arrependimento do qualquer erro ou falhanço, pelo contrário. Referiram ainda há pouco que a saúde pública não tem preço e nós, que temos responsabilidades diferentes mas que temos responsabilidades políticas, e por isso é que estamos aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

também em representação das pessoas, certamente que nenhum de nós quererá no futuro ficar com a consciência de que não foi tudo feito por qualquer tipo de limitação, neste caso financeira. Entende que não é só uma questão de consciência mas sim de efetivamente estarem à altura daquilo que é o desafio do concelho e que foram eleitos pelos mondinenses e nesta altura de grande dificuldade e que é excecional têm efetivamente de ter um comportamento à imagem dessa situação. Reafirmou uma vez mais que se houver a necessidade de algum tipo de alteração orçamental para alocar neste combate à pandemia qualquer verba do orçamento estão disponíveis. O importante é que todos tenhamos a consciência de que não foi certamente por questões de ordem financeira que não fizemos tudo aquilo que estava ao nosso alcance. -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para dizer que não considera estas despesas um gasto mas sim uma necessidade, um investimento. É claro que há outras coisas que não foram feitas mas isto é prioritário e concorda com o senhor deputado quando diz que se houver a necessidade de alteração orçamental, e vai haver de certeza, irá apoiar agradecendo-lhe o apoio pois de facto a saúde é um bem único e sem saúde não há economia. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer ainda relativamente a esta questão da pandemia e o Covid que aquilo que depreende da explicação da senhora Presidente é que estamos numa fase de estímulo / resposta: as entidades pedem / a Câmara responde. Estamos com nove meses de pandemia, os efeitos colaterais da pandemia iriam ser transversais aos concelhos todos deste país, a maior parte dos municípios apresentou um plano de emergência municipal com apoio aos empresários locais e às pessoas que foram apanhados por este surto. A questão que volta a colocar à senhora Presidente é, para além desse estímulo/resposta que está a ser bem feito, se no futuro (porque os efeitos colaterais desta crise não são até dezembro, possivelmente estender-se-ão por mais dois ou três anos dependendo da evolução da situação), no plano de emergência municipal, que supõe irá ser criado ou já existe, quais são as medidas a longo prazo que estão previstas pela autarquia no sentido de ajudar os comerciantes locais, no sentido de ajudar as famílias que se viram com rendimentos penalizados pela questão do lay-off e o que é que esta autarquia pretende fazer porque quando faz uma pequena pesquisa na internet vê que há de facto muitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

municípios com esses apoios mencionados nas suas páginas, que inclusive destacam um técnico da autarquia para dar apoio e colaboração aos empresários locais para estes acederem a estes apoios. Perguntou se a autarquia já tinha esses técnicos, a quem é que os empresários se podem dirigir para ajudar na elaboração desses processos. Não vê nenhuma linha neste orçamento, ainda que os apoios estejam a chegar, desconhece qual o apoio financeiro que está previsto para isto. -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para dizer que ainda não chegaram ao orçamento e que não irá falar agora nele mas que se a senhora deputada vir com atenção estão lá as medidas de emergência social. Quanto às medidas para o comércio local, até dezembro já foram feitas estas. Se a pandemia terminar em março haverá um período curto de apoio. Se ela continuar será feita uma alteração ao orçamento. Os apoios não foram a pedido mas sim antecipados.

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

Antes de entrar na ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que no início da reunião lhe tinha sido entregue uma proposta pelo grupo parlamentar do PSD, para ser incluída na ordem de trabalhos, que passou a ler: «Tendo em consideração a situação atual epidemiológica do concelho de Mondim de Basto que nos colocou desde o dia 9 de dezembro na lista dos concelhos em risco extremamente elevado e em 19 de novembro e 2 de dezembro nos colocou como segundo município nacional com mais casos por cem mil habitantes e que tem vindo a ser agravado de acordo com a informação com novos casos de infeção, a Assembleia Municipal de Mondim de Basto, reunida no dia 11 de dezembro de 2020, e face à grave situação de saúde pública do concelho, recomenda ao executivo municipal que tome as diligências necessárias para assegurar a realização de testes de despistagem a toda a população do concelho que, de forma voluntária, deseje realizar o teste. Tendo em consideração a situação atual epidemiológica do concelho de Mondim de Basto que nos colocou desde o dia 9 de dezembro na lista dos concelhos em risco extremamente elevado e em 19 de novembro e 2 de dezembro nos colocou como segundo município nacional com mais casos por cem mil habitantes e que tem vindo a ser agravado de acordo com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

informação com novos casos de infeção, a Assembleia Municipal de Mondim de Basto, reunida no dia 11 de dezembro de 2020, e face à grave situação de saúde pública do concelho, recomenda ao executivo municipal que tome as diligências necessárias para assegurar a realização de testes de despistagem a toda a população do concelho que, de forma voluntária, deseje realizar o teste». -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para dizer que em relação à proposta de testagem em massa acha que os testes não valem nada, servem para aquela hora porque se pode sair do teste e cá fora já se estar positivo. Exemplificou: eu vou fazer um teste, entrei para o teste, não estive com ninguém 48 horas antes, julgo que vai dar negativo mas se eu estive com alguém 48 horas antes pode dar negativo mas não é suficiente e ao sair do teste, se eu tiver um contacto, vou toda contente porque tenho um papel na mão a dizer que estou negativa, mas já estou positiva. Acha que os testes como estão a ser feitos, e perdoem-lhe a expressão, valem no momento e se estiverem 48 horas antes isolados, senão nem isso valem. E se lhe perguntarem porque é que testam na Santa Casa? Aí é diferente, eles não saem cá para fora, não recebem visitas, não é a mesma coisa que a sua família. Considera que se as pessoas tiverem sintomas devem ser testadas, sabem que há assintomáticos, e se pensarem e quiserem muito ser testados acha que sim, devem fazê-lo naquele momento. Mas o teste vale o que vale. É por isto que acha que os testes feitos devem ser com sintomas e quando se tem alguma dúvida que se contactou com alguém ou então nestes casos concretos em que as pessoas não saem. Queria frisar sobretudo que é a saúde que manda testar, é a saúde que tem de procurar a cadeia epidemiológica para poder mandar fazer testes. Se eu mandar testar 50 pessoas, sem ser a saúde a mandar, quero saber o que vou fazer com os positivos e com os negativos. Nós temos que ter consciência que é um trabalho muito sério, tem que ser a saúde a dizer quem deve fazer o teste. Isto é aquilo que entende sobre testagem em massa. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para dar duas notas em relação a esta proposta. Acima de tudo considera que é intrometer-se num trabalho que não é da competência da Câmara, é da saúde, e queria aqui recordar que no início desta pandemia, e agora dirigindo-se diretamente ao senhor deputado Bruno Ferreira, foi uma coisa que disse logo na sua tomada de posição, e disse que se devia seguir as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

recomendações da saúde porque a câmara não tem competência ao nível da epidemiologia. Por isso seria um absurdo como ponto número um. Como ponto número dois estaríamos a propor que quem o desejasse fizesse teste – estamos a falar de 420.000 Euros. É verdade que a saúde não tem preço mas também lembrou que o orçamento da Câmara, mesmo com todas as exceções que o Governo deu às autarquias para despesas Covid, tem limite e que as despesas têm de ser muito bem ponderadas. Deu o exemplo do caso do surto na Santa Casa em que a primeira vez que se verificou que faria sentido dar um apoio para os Epi's (o consumo da Santa Casa para os Epi's anda na ordem dos 27.000 Euros por mês) e a Câmara fez um esforço para encontrar no orçamento 27.000 Euros para um mês. E no início do próximo ano, se as condições se mantiverem e se a Santa Casa continuar a necessitar, a Câmara fará um esforço para encontrar o resto do dinheiro. A saúde não tem preço mas o orçamento tem limite. E por fim referiu que queria desmitificar esta ideia de que estão muito mal, também não convém insistir muito nesse ponto, é verdade que as pessoas têm que ter boa informação e algum receio porque temos de continuar a ter a guarda em alta, mas sabemos que na segunda-feira tivemos 57 casos novos na Santa Casa, a subida em Mondim, de domingo para quinta, foi de 70 casos novos, ou seja, não fosse o surto da Santa Casa, Mondim teria neste período 17 casos novos o que era muito bom. Temos 132 ativos. A 6 de dezembro tínhamos 94. Com os 77 casos da Santa Casa significa que na comunidade temos 17 casos ativos. Claro que se tem que ter muito cuidado com esta informação porque continuam a ser números altos mas o pico da pandemia em Mondim, na comunidade, pode-se dizer que passou. Concluiu dizendo que esta proposta não é uma proposta que faça grande sentido por estes três motivos. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que a seu ver o senhor Presidente da Assembleia abriu um precedente de haver uma discussão da proposta antes de ela ser votada para ser ou não incluída na ordem de trabalhos. No entanto, e já que foi feito, iria procurar esclarecer a mesma proposta. A proposta é bastante simples e acha que até a própria ordem antes da ordem do dia foi uma boa contextualização para a própria proposta. Referiu que aquilo que se propõe, e é uma recomendação, e tendo em conta os dados de casos ativos que foram apresentados, que não se circunscrevem só à Santa Casa da Misericórdia, sabem que há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

peessoas no setor privado que estão infetadas, sabem que há pessoas na escola que estão infetadas, a própria autarquia ontem realizou junto dos seus colaboradores uma bateria de testes, e fazer aqui um parêntesis, e para não haver má interpretação das palavras da senhora Presidente de que os teste não valem nada, crê que deve aqui uma explicação porque senão pode ser mal interpretada e crê que foi uma afirmação bastante forte. Continuando na apresentação da proposta, que será uma recomendação, face à situação que estamos a viver no concelho, para não sermos reativos e procuramos nós sermos pró-ativos, e no que diz respeito à competência da DGS ou à competência da autarquia, não vê de que forma é que a autarquia, participando a realização de testes que seguirão o seu procedimento normal depois na DGS, não sabe de que forma é que não será competência da autarquia poder suportar ou de alguma forma diligenciar para a realização dos testes. Depois esclareceu também que aqui o que a proposta refere são testes de despistagem e portanto é um valor substancialmente mais baixo daquilo que foi referido. Cada teste hoje não é superior a 20 Euros e certamente que numa quantidade superior se conseguiria até um preço substancialmente mais baixo e se toda a população quisesse, e de forma voluntária, a autarquia poderia suportar esse teste e portanto seria um numero muito abaixo daquele que foi referido pelo senhor Vereador. Era esta a proposta que trazia para ser votada a sua integração na ordem do dia e no momento da discussão e da votação ficará ao critério de cada um, assegurando uma vez mais que se trata de uma recomendação pois não têm o poder de obrigar a que a medida seja aplicada. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Valentim Carvalho Macedo**, usou da palavra para esclarecer que a proposta tinha de ser discutida para ser votada. -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para dizer que não queria que a interpretassem mal de que os testes não têm valor. Os testes têm valor naquele momento e o senhor deputado compreende isso. Referiu que não estava a desvalorizar os testes mas há uma coisa que devem perceber é que a saúde pode recomendar ou não a testagem. Imaginem que se pede um parecer à saúde no sentido de saber se vale a pena fazer os testes e eles irão responder. Os testes são válidos naquele momento, não têm outra validade. Não desvalorizou o teste em si pois ele tem expressão no momento em que é feito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para referir que o valor que deu dos testes é o valor deles, é o valor da convenção que é cerca de 65 Euros. Aquilo que o senhor deputado referiu são os testes rápidos e que quando é a DGS a recomendar a testagem são os teste PCR e não os testes rápidos. Os testes rápidos não respondem com baixa taxa viral. Os testes rápidos são mais baratos mas não dão a informação que o senhor deputado quer. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Valentim Carvalho Macedo**, concedeu cinco minutos para os grupos parlamentares se reunirem para discutirem a inclusão ou não da proposta do PSD. -----

A deputada municipal Maria João Loureiro ausentou-se antes da votação da referida proposta. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a aprovação da inclusão da proposta do grupo parlamentar do PSD que foi rejeitada por maioria com catorze votos contra e cinco votos a favor. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 25 de setembro de 2020 -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 25 de setembro de 2020 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----

2.2- Grande Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021 -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para fazer uma breve apresentação do documento em apreço que se passa transcrever: «Os documentos de prestação de contas espelham a situação económica e financeira da autarquia e evidenciam a atividade desenvolvida durante o ano de 2019. Apesar de ser obrigatória a prestação de contas com os seus relatórios e mapas financeiros, entende o executivo que deve ser mantido o hábito de apresentar simultaneamente relato das atividades desenvolvidas nas várias áreas de intervenção municipal. Da análise objetiva aos documentos financeiros podemos concluir uma execução orçamental média de 92% que confirma, por um lado, o rigor na realização do orçamento e, por outro lado, a capacidade na gestão em executar o orçamento previsto. Este valor confere credibilidade ao planeamento e representa uma garantia para os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

fornecedores da autarquia ao nível da concretização dos compromissos assumidos. O valor de referência legal é de 85%. Nós estamos acima pois estamos com 92% de execução. Na superação do princípio do equilíbrio orçamental as receitas correntes superam em 28% as despesas correntes financiando nesse valor as despesas de capital. Apesar da média das amortizações se manter elevada até ao final do prazo da amortização do empréstimo de saneamento financeiro, eu penso que este será o último ano que vai manter o empréstimo a tempo inteiro porque o outro orçamento já não irá ter esse montante elevado. Esta regra, mesmo com o saneamento financeiro, foi mantida e foi cumprida. Reduzida em 33% a dívida global, apesar do investimento iniciado em 2019, diminuiu mais de 1.500.000 Euros, um indicador de responsabilidade do cabal cumprimento dos limites, ficando o município com uma margem de endividamento de cerca de 7.000.000 euros que teria capacidade para endividar no entanto não o fez. Ao nível da despesa de capital representa 56.56 da despesa total destaca-se a aquisição de serviços de capital, conhecido como plano plurianual de investimentos, importa em 7.033.304,44 euros; amortização de capital, empréstimos é de 1.652.019 euros. Ao nível do plano plurianual de investimento realçar o facto de se ter priorizado os projetos com financiamento assegurado e nos empréstimos com projetos contratados designadamente a remodelação do posto territorial da GNR de Mondim de Basto, a requalificação das instalações da Escola Secundária, a requalificação dos espaços públicos da urbanização da reta da pena, o aumento da eficiência energética da iluminação pública do concelho de Mondim de Basto, a requalificação energética do pavilhão gimnodesportivo municipal, o núcleo técnico da Casa das Memórias de Ermelo, ampliação da rede de saneamento de São Cristóvão de Mondim de Basto, ampliação da rede de saneamento e construção da Etar na freguesia de Atei, a modernização do mercado municipal, a beneficiação das condições para a prática de parapente, o loteamento da Tapada da telha na primeira fase, a construção da nova ligação de Pardelhas ao Alto de Velão, a beneficiação do caminho de Vilar de Ferreiros a Vilarinho, a retificação do traçado do caminho municipal entre lugar da Ponte da Barca e o Bairro Novo em Atei. Queria dizer que alguns deles estão pendentes à espera do visto do Tribunal de Contas. No plano de atividades municipais temos que destacar o protocolo com os Bombeiros relativo às equipas de intervenção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

permanentes, protocolo com os Bombeiros Voluntários relativo ao transporte dos doentes, protocolo com a Cooperativa Mondim Mais Social relativo às atividades de enriquecimento curricular, componente de apoio à família e escola de música, transportes escolares, aquisição de livros e material escolar, programa de apoio à criança, loja social, programa de apoio à renda, protocolo com a Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real, as festas do concelho, ainda que não estejam dotadas como a Feira da Terra, apenas estão abertas as rubricas que serão reforçadas na altura própria, até porque não sabemos como vai decorrer, a Feira do Ano, a Volta a Bicicleta, o apoio ao associativismo desportivo. O orçamento inclui também o projeto vencedor do Orçamento Participativo da Estrada Nacional 304. O orçamento cumpre também com a regra de equilíbrio em vigor. O orçamento foi concebido em total respeito pelas regras e princípios orçamentais, contem todos os elementos legalmente previstos, designadamente o mapa de pessoal para 2021. É um orçamento caracterizado por uma elevada componente de investimento que representa 45.4% do total do orçamento, revelador da enorme capacidade de responder aos desafios do novo ano, alicerçado na quantidade e na qualidade de medidas existentes às quais daremos continuidade tendo em vista a prossecução do interesse público e financeiro das instituições e empresas do concelho. Governar ou gerir é tomar opções. E há pelo menos duas opções fundamentais: a dívida não é negociável, tem de ser cumprida, e o pagamento a fornecedores atempadamente, ajuda a economia local e ajuda as empresas. Estes dois grandes objetivos do plano são para cumprir».

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que as recentes alterações do executivo municipal, pelos motivos que todos conhecem, criou naturalmente uma expectativa sobre que tipo de orçamento municipal iria ser apresentado em 2021: se iriam ter um orçamento correspondente ao fim de um ciclo ou se iriam ter um orçamento diferente dos anteriores, com o cunho e identidade da nova configuração do executivo e das novas responsabilidades que entretanto os autarcas assumiram. Ao analisar o documento, referiu que a primeira impressão é que o orçamento para 2021 é diferente dos anteriores e por isso representativo da nova configuração do executivo, quer em termos de conteúdo, quer em termos de apresentação. Nas primeiras páginas verifica-se que, estrategicamente, o orçamento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2021 alicerça-se em três pilares que pautarão a atuação do município: coesão social, coesão territorial e crescimento sustentado. Referiu que fazia desde já a ressalva da importância de haver uma estratégia. O orçamento para 2021 beneficia de um aumento de receita das transferências do Estado de 8%, um valor superior a 543.000 Euros, beneficia de um aumento de 676.000 Euros nas receitas correntes em comparação com o orçamento inicial de 2020. Beneficia também de um valor de empréstimo a utilizar em 2021 superior a 2.387.000 Euros e irá certamente beneficiar de um saldo de gestão anterior bastante considerável tendo em conta e em consideração o adiamento ou cancelamento de despesas do corrente ano. Em suma, terá à sua disposição um valor consideravelmente superior para ser investido. Em termos de despesa, verificam-se duas situações que são motivo de alerta: o aumento da despesa com pessoal que corresponde a 21.7% da despesa global, e a rubrica aquisição de bens e serviços correntes, que corresponde a 17% do orçamento da despesa global. Ambos os fatores são superiores à dotação inicial e final do orçamento atual de 2020. Quanto ao plano plurianual de investimentos verifica-se que uma parte significativa dos projetos emblemáticos como são referidos no documento já estão em curso, quer em processos de adjudicação quer em execução, e alguns deles chegaram inclusive a constar em orçamentos anteriores a 2020, nomeadamente a remodelação do quartel da GNR, a requalificação e modernização das instalações da Escola Secundária, a construção da Casa Mortuária, a beneficiação da prática do parapente, a Casa de Memórias de Ermelo, a ampliação da rede de saneamento da freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, entre outros. Referiu que uma análise menos atenta ao documento poderia induzir em erro o leitor pensando que se tratava do orçamento de 2020. O mesmo acontece com o plano de atividades que não apresenta uma única atividade nova em relação e em comparação com 2020. Parece que o executivo parou no tempo. A ideia inicial que este novo orçamento ia ao encontro de uma nova identidade própria dos seus autores ganhou efetivamente outros contornos. Quanto aos três pilares estratégicos apresentados no início do documento, após análise de tal orçamento, percebe-se que ficaram como intenções. O único crescimento que teremos em 2021, e segundo a informação económica e financeira do município, será mesmo a dívida do município. O PSD de Mondim de Basto apresentou, como tem sido hábito, de forma construtiva,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

algumas propostas que gostaria de ver vertidas no orçamento e plano plurianual de 2021. Terminou dizendo que firmaram na reunião de apresentação do documento entregue que o seu sentido de voto iria refletir a análise ao documento que lhes fosse apresentado. Pois, após essa análise, foi nesse sentido que o voto do PSD foi definido. -

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que estava na expectativa da apresentação deste orçamento por parte do executivo justamente por ser um orçamento de fim de ciclo político e justamente por ser um orçamento que precedeu a construção da obra do século. Pediu desculpa por voltar a referir aqui a obra do século mas na última assembleia em que se discutiu um orçamento perguntou ao senhor Presidente se havia ações definidas para alavancar o crescimento económico deste concelho. Na altura não obteve nenhuma resposta que considerasse interessante. Analisando o atual orçamento verifica que continuam sem ações nesse sentido, portanto o desenvolvimento económico do concelho aparentemente parece esquecido, e, de facto, os três pilares que o senhor deputado Bruno Ferreira referiu não passam realmente de uma teoria. No entanto chamou-lhe a atenção uma frase que está tida neste orçamento que passou a citar «Reconhecendo que o progresso e o empreendedorismo locais não dependem exclusivamente da sua iniciativa, o executivo municipal quer continuar a elevar a atratividade para este território com excelentes potencialidades assumindo um papel impulsionador de projetos». Considerando os projetos que são apresentados neste orçamento, que não vão além da classificação da Noite dos Romeiros, da animação cultural da aldeia de Travassos, das Histórias do Minho, classificação do património cultural, lojas de tradição, e todos os outros projetos que estavam previstos nos outros orçamentos com candidaturas em vias de, tendo percebido que optaram por não as incluir pois certamente não estariam aprovadas, portanto foram retirados deste orçamento. Falam ainda de uma estratégia para o turismo num projeto de 2018 a 2028 que foi o documento orientador, que o CDS já pediu inúmeras vezes e ainda não sabem qual é a estratégia, ainda não perceberam quais são os quatro caminhos que vão ser tomados e de quanto tanto se falaram na altura e continuam sem ver projetados neste orçamento. Portanto, fica com a ideia de que realmente a intenção é avançar mas ficam em teoria. Onde estão os projetos? Quais são? Com o que é que Mondim pode contar? Terminou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

a sua intervenção perguntando em que é que consiste a modernização do mercado municipal de Mondim de Basto. -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para dizer que ouviu atentamente e que fixou que pensavam que iam analisar um orçamento diferente mas têm que pensar que quem está a decidir tem um plano de ação, tem um plano que está desenhado, e se conseguissem concluir tudo o que está desenhado e o que vai sendo concluído, e os senhores deputados sabem que há obras que não foram concluídas mas estão a ser concluídas, e há outras que ainda não começaram não por culpa do executivo mas porque a burocracia de ir à Câmara, ir à Assembleia e ir ao Tribunal de Contas e voltar à Câmara para ir à Assembleia e ir a concurso público é uma demora infinda e por isso não é da vontade do executivo pois queria concluir tudo o que estava delineado. Mas, como referiu atrás, gerir é tomar decisões e fazê-las com cabimento. Pensa que o orçamento foi muito cuidadoso e muito cauteloso. Referiu que tinha frisado duas coisas: as dívidas não são negociáveis e o pagamento atempadamente também não porque se a Câmara não pagar atempadamente a todos os comerciantes deixa-os falidos e se não pagar a dívida à banca vem a penhora e os acréscimos de juros. Entende que se deve perceber que isto é inegociável e o resto é o bem-estar das populações e o desenvolvimento e que, no futuro que os espera e que não sabem o que irá acontecer com esta pandemia, cá estarão para fazer as alterações que forem necessárias. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **proposta Grande Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021** que foi aprovada por maioria com quinze votos a favor e cinco votos contra. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para fazer a declaração de voto do CDS-PP referindo que votaram contra porque atempadamente o CDS apresentou um conjunto de medidas em reunião própria e não se vê nenhuma dessas medidas esplanadas neste orçamento. Votam contra porque não encontram neste orçamento investimentos que alavanquem o turismo, fala-se muito na Senhora da Graça e nas Fisgas de Ermelo e na Estrada Nacional 304 mas não se vê nenhum investimento de relevo que alavanque o turismo neste setor tão importante para o concelho. Votam contra porque não se vê investimento no comércio, na pouca



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

industria que têm, verificam instituições de elevada importância para as pessoas e empresas, comércios e serviços a encerrar portas definitivamente. Votam contra porque cada vez mais veem importantes obras a serem postas de lado, empurradas sempre da mesma forma – falta de dinheiro. Deu como exemplo a estrada municipal de Mondim a Atei e Mondim ao Bilhó. Votam contra porque continua a constatar enorme deficiência no abastecimento de água e com qualidade duvidosa. Votam contra porque se deparam com investimentos no património imobiliário sempre adiados – Casa da Igreja, Casa do Fojo e tantas casas florestais e escolas primárias abandonadas e à sua sorte. Votam contra porque este orçamento é o orçamento do Partido Socialista e não o do seu partido pois estas são algumas das matérias pelas quais dão prioridade para o concelho.

2-3- Receitas Municipais – Definição da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2021-----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que o PSD concorda com as taxas que estão aqui apresentadas no entanto, e tal como apresentaram na reunião de preparação do orçamento, entendiam que o IMI familiar deveria constar nesta proposta. No entanto concordam com a taxa mínima. ----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **Receitas Municipais – Definição da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2021** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.4- Receitas Municipais – Definição da taxa de IRS para o ano de 2021 -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que, em coerência com a proposta que apresentaram na preparação do orçamento em que defendiam que houvesse um benefício e uma redução da taxa do IRS por parte do município para com os cidadãos, iriam votar contra esta proposta. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que a questão que queria colocar relativamente a esta proposta é se efetivamente o executivo não pode abdicar desta comparticipação do IRS uma vez que este é um ano atípico, a classe média está particularmente fustigada por baixas de salários e que este valor é irrisório para o município e que certamente que conhecem famílias que viram os seus rendimentos a descer consideravelmente. Esta era uma boa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

oportunidade para devolver, pelo menos, algum desse valor que foi retirado ao sustento familiar. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à **votação a proposta Receitas Municipais – Definição da taxa de IRS para o ano de 2021** que foi aprovada por maioria com quinze votos a favor e cinco votos contra. -----

2.5- Receitas Municipais – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2021 -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à **votação a proposta Receitas Municipais – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2021** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.6- Autorização para contratação de Empréstimo - Quadro BEI PT 2020 | Autarquias, que tem como objetivo financiar a contrapartida nacional da obra denominada “Requalificação de Espaços Públicos – Urbanização da Reta da Pena”, aprovado no âmbito do Programa do Portugal 2020 -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para perguntar ao executivo qual o valor exato dos consequentes empréstimos que sistematicamente vão aparecendo a cada Assembleia realizada. Considera que isto é pura política e demagogia para quem ganhou eleições à custa da dívida visto que sistematicamente são trazidos aqui em cada Assembleia um ou dois empréstimos. Entende que o problema disto tudo, e não é contra os empréstimos para investimentos, é que estes empréstimos têm sempre períodos de carência de dois e três anos. Isto é empurrar a dívida para a frente, para alguém que venha de trás de nós e que pague. Referiu que gostava que a senhora Presidente lhe dissesse quais são os valores cumulados e exatos até ao momento, nesta quadratura, dos empréstimos que estão a contratar sistematicamente. -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para dizer ao senhor deputado para ler o orçamento pois estão lá todos os empréstimos pelo que não vale a pena repetir o que lá está escrito e que ainda bem que os empréstimos vêm à Assembleia para alavancar verba porque senão não haveria obra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que não podia ficar calada perante a argumentação que ouviu. De facto não se pode ter obra parada mas lembra-se que quando o executivo socialista se candidatou a dívida foi bandeira na campanha. Colocou a seguinte questão: Mondim não tinha na altura obra feita? O anterior executivo não deixou obra feita? Acha que têm de ser justos quando se avaliam as duas situações. De facto existe uma dívida para pagar, não se pode parar a obra, até porque muitos dos empreiteiros certamente dependerão das obras que são feitas no concelho, mas entende que se tem de rever a argumentação que foi tida há doze anos atrás. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que não era contra o investimento e que era a favor dos empréstimos. Referiu que não aceitava era demagogia. De seguida perguntou qual foi o custo que este executivo teve no Natal de 2009 com a árvore de sapatos que foi vista por Portugal inteiro e quais os custos que estão a ter com o Natal deste ano, nomeadamente com a iluminação. -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para dizer que, sobre a dívida, espera, no final do mandato, deixar obra feita e não deixar milhões de dívida. Referiu que o senhor deputado pode ver o que a Câmara deve, o que fez e o que pagou. O mandato terminará com a grande dívida paga e ficarão estas pequenas coisas que depois teremos oportunidade de somar e ver. Relativamente à iluminação, perguntou se o senhor deputado acha que é uma grande iluminação mas é a mesma dos anos anteriores, não é uma iluminação luxuosa. Relativamente à árvore dos sapatos referiu que esta foi uma criatividade como poderia ter sido outra coisa qualquer. Acha até um bocado ridículo que o senhor deputado diga que a vila está com iluminação a mais pois ela tem o mínimo. De seguida deu o uso da palavra ao senhor Vereador Paulo Mota. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para, sobre a questão da dívida, questionar se queriam mesmo comparar a dívida de 20.000.000 Euros com 2.700.000 Euros que é onde a dívida se vai posicionar no final do ano. E sobre o que foi insinuado, referiu que pode haver uma ou outra obra que possa ter sido julgada de alguma forma mas o que é essencial na dívida de 20.000.000 Euros herdada é que este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

executivo tinha de lidar com ela e tinha de a pagar, nem que as obras fossem todas perfeitas. Obras boas ou obras más nada muda no facto de terem uma responsabilidade de 20.000.000 Euros, que tiveram de pagar durante estes dez anos e, em vez de os investirem, tiveram que pagar ao banco. Referiu que no orçamento estão todas as dívidas pelo que a pergunta que o senhor deputado fez estão lá. Terminou dizendo que se comprometeram a encerrar este mandato com uma dívida de 10% a 15% da dívida que herdaram e que a situação é completamente diferente e não tem comparação possível pois se hoje se podem endividar é porque trouxeram a dívida a níveis que estão abaixo do nível de endividamento e conseguiram fazer uma boa gestão e fazer obra. ----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **Autorização para contratação de Empréstimo - Quadro BEI PT 2020 | Autarquias**, que tem como objetivo financiar a contrapartida nacional da obra denominada “**Requalificação de Espaços Públicos – Urbanização da Reta da Pena**”, aprovado no âmbito do Programa do Portugal 2020 que foi aprovada por maioria com quinze votos a favor e cinco abstenções. -----

2.7- Descentralização administrativa – Decisão de recusa da transferência das competências nas áreas da Educação e da Saúde previstas, respetivamente, nos Decretos-Lei n.ºs 21/2019 e 23/2019, ambos de 30 de janeiro, para a autarquia de Mondim de Basto, para o ano de 2021 -----

O deputado municipal Arminho Cunha Marques ausentou-se da reunião. -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **Descentralização administrativa – Decisão de recusa da transferência das competências nas áreas da Educação e da Saúde previstas, respetivamente, nos Decretos-Lei n.ºs 21/2019 e 23/2019, ambos de 30 de janeiro, para a autarquia de Mondim de Basto, para o ano de 2021** que foi aprovada por maioria com quinze votos a favor e cinco abstenções. -----

2.8- Apoio financeiro a conceder à Freguesia de Atei -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **Apoio financeiro a conceder à Freguesia de Atei** que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e uma abstenção. -----

2.9- Apoio financeiro a conceder à Freguesia do Bilhó -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Apoio financeiro a conceder à Freguesia do Bilhó que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e uma abstenção. -----

2.10- Apoio financeiro a conceder à União de Freguesias de Campanhó e Paradaña -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Apoio financeiro a conceder à União de Freguesias de Campanhó e Paradaña que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e uma abstenção. -----

2.11- Apoio financeiro a conceder à União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Apoio financeiro a conceder à União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e uma abstenção. -----

2.12- Apoio financeiro a conceder à Freguesia de Vilar de Ferreiros -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que aproveitou este último ponto para fazer uma intervenção sobre estes apoios financeiros para colocar algumas questões. Em primeiro lugar questionou de onde é que surgem estas verbas disponíveis para estes apoios financeiros às juntas de freguesias e qual era a verba que estava disponível para ceder estes apoios. Referiu que lhe saltou à vista uma coisa estranha que é que quase todos os orçamentos apresentados são do mesmo empreiteiro. Não tem nada contra mas gostava de ressaltar que, se calhar, seria interessante, por parte do executivo, pedir às Juntas de Freguesias que fossem diversificando os empreiteiros que vão fazendo obras no concelho porque é uma forma de dinamizar o tecido empresarial. Acredita que no município existam outros empreiteiros com capacidade para executar as obras e serviria para criar postos de trabalho uma vez que o setor está a passar uma fase difícil. -----

O senhor Presidente da União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas, **Armindo Marinho Henrique**, usou da palavra para explicar o procedimento da junta de freguesia de Ermelo: a junta de freguesia apresenta a obra a fazer, pede orçamento no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

mínimo a três empreiteiros e envia para a Câmara uma estimativa a partir do orçamento mais barato. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para agradecer o esclarecimento ao senhor Presidente da Junta e manifestou o seu agrado pela sua participação nesta assembleia porque habitualmente não o faz. A questão que acha que deve ser colocada aqui, e ultrapassa esta questão do valor mais barato, é que se está a falar de emprego, de empresas que precisam de subsistir e acha que, numa época como a que estão a viver, não é certamente mais mil, dois mil ou três mil euros que farão uma grande diferença na obra e certamente que os ajustamentos existem. Acha que, como entidades responsáveis pelo desenvolvimento local, responsáveis pelo empreendedorismo, responsáveis por manter postos de trabalho, as juntas de freguesias, como entidades de proximidade da população, deviam de se preocupar. O orçamento é de facto uma justificação válida mas como presidente de junta de freguesia preocupar-se-ia mais em dar emprego às pessoas da sua freguesia se existisse, é claro, lá uma empresa. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para dizer que a pergunta foi colocada à Câmara mas de facto o senhor Armindo acabou por responder. Deixou um reparo no sentido de saberem que é preciso cumprir a Lei e o que a senhora deputada sugeriu, por muita vontade que houvesse em fazê-lo, é ilegal. Acrescentou que essa visão existencialista da economia não se compadece tanto com o lado de direita da bancada, parecendo mais PCP, esta visão existencialista das empresas dos coitadinhos não tem nada a ver com leis do mercado, legislação, parecendo mais uma coisa de política de esquerda. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **Apoio financeiro a conceder à Freguesia de Vilar de Ferreiros** que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e uma abstenção. -----

2.13- Informação - Aprovação da atribuição de redução no pagamento dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos, referentes às faturas dos meses de novembro e dezembro de 2020, para os clientes não-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

domésticos, com vista à mitigação dos efeitos da pandemia da doença COVID-19 -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para solicitar duas informações à senhora Presidente da Câmara. Uma tem a ver com como é que se chegou a esta percentagem de 60% e porque não foi comparticipada em 100%. A outra questão é saber se está pensado de alguma forma comparticipar o desconto nas freguesias que fazem a gestão própria da água. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para responder que o valor dos 60% tem a ver com duas questões. A primeira é a disponibilidade financeira, o orçamento da Câmara tem limites. A segunda é porque, ao contrário do que aconteceu da outra vez em que houve a isenção total de uma fatura lançada, isto não é aconselhado pela ERSAR. Isto também é alvo de consulta à ERSAR que, por questões de sustentabilidade do serviço, não aconselha que seja deliberada uma isenção antes da prestação do serviço. Foi nossa decisão a isenção de 60% que já é muito significativa para as empresas que têm maiores consumos de água. Sobre a questão das juntas, e como referiu o senhor deputado, é uma gestão própria. -----

2.14- Informação sobre a situação económica e financeira do Município reportada a 30 de junho de 2020 -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer que existe um valor neste documento entregue que, pela sua dimensão, salta à vista pelo que gostaria de pedir um esclarecimento: na página 7, na tabela sobre a estrutura e evolução da dívida, verificamos um aumento da dívida a fornecedores de 31/12/2019 para 30/06/2020 numa percentagem de 585%. O mesmo acontece também na rubrica seguinte – fornecedores de investimentos – em que o aumento num semestre foi de 235%, tendo o total da dívida a fornecedores durante esse semestre um aumento de 391%. São números com alguma dimensão e por isso gostaria de solicitar informação. –

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para dizer que a chefe de serviço já tinha saído e que se tratava de uma questão técnica pelo que não podia explicar mas que na próxima Assembleia lhe poderia dar uma resposta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo mais intervenções, foi **deliberado tomar conhecimento da Informação sobre a situação económica e financeira do Município reportada a 30 de junho de 2020.** -----

2.15- Informação do Executivo -----

Neste ponto da ordem de trabalhos não se verificou nenhuma intervenção. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 26 de fevereiro de 2021, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----

